



Combater a adultização é dever coletivo

Do vídeo do Felca ao debate sobre regulação das redes: especialistas alertam que termo vai além de roupas e danças inapropriadas

JÉSSICA ANDRADE
ESPECIAL PARA O CORREIO

O vídeo do youtuber Felca, que denunciou conteúdos sexualizados com crianças circulando nas redes sociais, viralizou em poucas horas e alcançou quase 50 milhões de visualizações. A repercussão transformou um fenômeno já estudado e combatido por especialistas em um debate nacional: a adultização infantil.

Especialistas alertam que esse processo não se limita a roupas curtas e danças sensuais em aplicativos: manifesta-se sempre que a criança é empurrada para papéis que não correspondem à sua idade, seja no corpo, seja no comportamento ou nas responsabilidades que assumem antes do tempo.

“A adultização é uma quebra de expectativa quanto ao lugar que as crianças ocupam em dado contexto social”, explica Renata Tomaz, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisadora da Rede de Comunicação, Infâncias e Adolescências (Recria). “O limite está na garantia de direitos. Quando uma fala, uma roupa, um gesto ou uma atividade afeta um direito conquistado em favor da criança, rompemos a fronteira da infância. Uma criança adultizada é uma criança que perdeu seu direito de estar criança em determinada situação.”

Embora os holofotes geralmente se voltem para meninas, Renata lembra que os meninos também sofrem pressões. “Eles também são erotizados, embora isso gere menos visibilidade. Quando são apresentados como

jovens investidores, ensinando outros a ganhar dinheiro, por exemplo, também estamos diante de adultização.”

Erro antigo

“A adultização não começou agora nem foi inventada pela internet. Desde antes, crianças já eram colocadas em situações que não lhes cabiam, como no trabalho infantil, na erotização em programas de tevê ou em responsabilidades precoces dentro de casa”, lembra Renata Tomaz, ao destacar que a internet ampliou o alcance desses conteúdos.

Para a pesquisadora Juliana Doretto, da PUC-Campinas, a adultização está ligada à forma como a sociedade enxerga a infância. “Vivemos em um mundo regido pela maturidade adulta, que considera o modo como a criança pensa e sente algo menor. Não reconhecer a infância em sua integralidade, não garantir os direitos mínimos, também é adultização”, diz. Ela reforça que a criança é sujeito de direitos, inclusive de se expressar artisticamente, mas não pode ser empurrada para papéis inadequados.

As famílias se veem diante de pressões constantes. A educadora física Emilly Serodio, 28 anos, mãe da Ana Liz, 7, e do Lucca, 2, relata como busca proteger a filha. “As pessoas esperam que a criança se comporte como adulto, eue não chore, não pule, que saiba controlar emoções. Isso é uma cobrança exagerada. Converso muito com a Ana Liz para mostrar que criança tem que brincar, pular corda, jogar bola. Dançar não é vulgar, mas algumas coreografias não cabem, e explico isso para ela.”



“Vivemos em um mundo regido pela maturidade adulta, que considera o modo como a criança pensa e sente algo menor. Não reconhecer a infância em sua integralidade, não garantir os direitos mínimos, também é adultização”

Juliana Doretto,
pesquisadora da PUC-Campinas

O papel das plataformas

Para especialistas, não é justo transferir toda a responsabilidade às famílias. “Não é certo jogar para dentro das casas brasileiras um problema que foi criado fora delas”, afirma Maria Mello, coordenadora do programa Criança e Consumo, do Instituto Alana.

“As maiores responsáveis por mudar esse cenário são as plataformas, que lucram com a atenção e a exploração das crianças. Proteger nossas crianças não é uma decisão política, é um ato de humanidade”, completa.

A criadora de conteúdo Sheylli, que se dedica a denunciar práticas de exploração digital, lembra que o cenário das redes é muito diferente da televisão aberta. “É claro que a família tem a sua parte, mas

diante do jeito que as redes atuam, com muito pouca ética, é difícil proteger as crianças. Se alguém ligar a tevê hoje em qualquer canal, não vai ver pornografia às 15h, porque existe regulação. Nas redes, não há nada parecido.”

ECA Digital

No fim de agosto, o Senado aprovou o PL 2628/2022, apelidado de ECA Digital, que agora segue para sanção presidencial. O projeto cria mecanismos de proteção específicos para crianças e adolescentes no ambiente on-line, incluindo supervisão parental obrigatória, verificação de idade robusta, regras mais rígidas de proteção de dados e sanções pesadas para plataformas que

descumprirem as medidas.

Na prática, o ECA Digital passa a tratar a internet com o mesmo rigor que a televisão: horários protegidos, classificação de conteúdo e responsabilidade das empresas.

Especialistas em direito digital consideram a medida essencial. “O Estatuto da Criança e do Adolescente já proíbe a exploração econômica e assegura o direito à proteção integral. Mas é preciso atualizar a interpretação desses direitos para o digital. Hoje, a exposição em redes pode equivaler a exploração de imagem e até de trabalho infantil.”

Maria Mellho resume a urgência do tema: “A infância é um tempo irrepetível, que não pode ser comprado nem recuperado.”